



01

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 Balanço Patrimonial

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL
Sigla: FUSESC
CNPJ: 83.564.443/0001-32

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro
(em milhares de Reais)

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>823</u>	<u>507</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>2.507</u>	<u>2.322</u>
			Programa Previdencial	1.418	1.380
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>1.515.337</u>	<u>1.451.409</u>	Programa Administrativo	833	727
Programa Previdencial	24.030	27.773	Programa de Investimentos	256	215
Programa Administrativo	330	371			
Programa de Investimentos	1.490.977	1.423.265	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>33.393</u>	<u>200</u>
Renda Fixa	1.378.953	1.322.921	Programa Previdencial	33.393	200
Renda Variável	16.862	15.863			
Investimentos Imobiliários	55.416	52.123	<u>EXIGÍVEL ATUARIAL</u>	<u>1.304.501</u>	<u>1.257.662</u>
Operações com Participantes	39.746	32.358	Provisões Matemáticas	1.304.501	1.257.662
			Benefícios Concedidos	1.053.960	1.002.323
<u>PERMANENTE</u>	<u>1.578</u>	<u>1.366</u>	Benefícios a Conceder	250.541	255.339
Imobilizado	796	832			
Diferido	782	534	<u>RESERVAS E FUNDOS</u>	<u>177.337</u>	<u>193.098</u>
			Equilíbrio Técnico	116.170	131.617
			Resultados Realizados	116.170	131.617
			Superávit Técnico	116.170	131.617
			Acumulado		
			Fundos	<u>61.167</u>	<u>61.481</u>
			Programa Previdencial	112	101
			Programa Administrativo	60.117	60.206
			Programa de Investimentos	938	1.174
TOTAL DO ATIVO	1.517.738	1.453.282	TOTAL DO PASSIVO	1.517.738	1.453.282

José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF 155.052.519-00

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo
e de Seguridade
CPF 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC 011832/O-3
CPF 376.079.879-91

1.2 Demonstração de Resultados

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

Sigla: FUSESC

CNPJ: 83.564.443/0001-32

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO		2008	2007
<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>			
(+)	Recursos Coletados	21.247	20.992
(-)	Recursos Utilizados	(112.325)	(105.797)
(-/+)	Constituições/Reversões de Contingências	(33.522)	(60)
(-)	Custeio Administrativo	(1.683)	(1.605)
(+/-)	Resultados dos Investimentos Previdenciais	157.686	167.863
(-/+)	Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(46.839)	(59.062)
(-/+)	Constituições/Reversões de Fundos	(11)	382
(=)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(15.447)	22.713
<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>			
(+)	Recursos Oriundos de Outros Programas	4.774	3.865
(+)	Receitas	109	5
(-)	Despesas	(8.025)	(6.777)
(-/+)	Constituições/Reversões de Contingências	18	2
(+/-)	Resultados dos Investimentos Administrativos	3.035	5.205
(=)	Constituições (Reversões) de Fundos	(89)	2.300
<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>			
(+/-)	Renda Fixa	162.477	153.526
(+/-)	Renda Variável	(17.661)	9.223
(+/-)	Investimentos Imobiliários	12.259	7.874
(+/-)	Operações com Participantes	6.562	5.174
(+/-)	Relacionados com Tributos	(63)	(497)
(-)	Custeio Administrativo	(3.091)	(2.260)
(+/-)	Resultados Recebidos/Transferidos de Outros Programas	(160.719)	(173.068)
(=)	Constituições (Reversões) de Fundos	(236)	(28)

José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF 155.052.519-00

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo
e de Seguridade
CPF 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC 011832/O-3
CPF 376.079.879-91

1.3 Demonstração de Fluxos Financeiros

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

Sigla: FUSESC

CNPJ: 83.564.443/0001-32

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO		2008	2007
(+/-)	<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>	<u>(87.626)</u>	<u>(81.689)</u>
(+)	ENTRADAS	25.033	23.001
(+)	Recursos Coletados	21.247	20.992
(+/-)	Recursos a Receber	3.740	2.009
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	46	-
(-)	SAÍDAS	(112.659)	(104.690)
(-)	Recursos Utilizados	(112.325)	(105.797)
(+/-)	Utilizações a Pagar	(4)	1.198
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	(31)
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(330)	(60)
(+/-)	<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>	<u>(7.961)</u>	<u>(6.386)</u>
(+)	ENTRADAS	155	528
(+)	Receitas	109	5
(+/-)	Receitas a Receber	-	-
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	28	521
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	18	2
(-)	SAÍDAS	(8.116)	(6.914)
(-)	Despesas	(8.025)	(6.777)
(+)	Despesas a Pagar	103	219
(-)	Despesas Futuras	18	(30)
(+/-)	Permanente	(212)	(326)
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	-
(+/-)	<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>	<u>95.903</u>	<u>88.171</u>
(+/-)	Renda fixa	106.445	81.121
(+/-)	Renda variável	(18.659)	(1.786)
(+/-)	Investimentos imobiliários	8.992	6.937
(+/-)	Operações com participantes	(792)	2.385
(+/-)	Relacionados com o disponível	-	-
(+/-)	Relacionados com tributos	(83)	(486)
(+/-)	Constituições/reversões de contingências	-	-
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	316	96
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	316	96

José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF 155.052.519-00

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo
e de Seguridade
CPF 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC 011832/O-3
CPF 376.079.879-91

1.4 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios complementares à Previdência Social, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e dos respectivos Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

O Estatuto, o Plano de Benefícios e o funcionamento desta entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a alteração do Estatuto vigente da Fundação, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007. A FUSESC é regulada, ainda, pelas disposições contidas nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

Como entidade de previdência complementar fechada, a FUSESC tem por finalidades primordiais (artigo 1º, incisos I e II, do Estatuto):

- I. Instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, aos Participantes da Fundação e aos seus respectivos dependentes;
- II. Promover o bem-estar social dos seus destinatários.

A FUSESC é patrocinada, além da própria, pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR.

PLANOS DE BENEFÍCIOS

Para o alcance de seus objetivos, a FUSESC conta atualmente com os seguintes Planos de Benefícios:

- **Plano de Benefícios I**

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fusc, existente desde o início da entidade, é estruturado na modalidade de benefício de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios de auxílio-doença, pecúlio por morte, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte.

Após alteração regulamentar, no decorrer do exercício de 2007, o plano deixou de ser de benefícios definidos, passando a ser de contribuição variável em decorrência de um grupo de participantes-assistidos optarem pela forma de recebimento da renda mensal continuada vitalícia para uma renda em percentual do saldo de conta.

Em 31 de dezembro de 2008, além dos participantes aposentados pelo plano e dependentes em gozo de pensão por morte, restavam 4 (quatro) participantes que não migraram ao Plano de Benefícios Multifuturo I. Não será permitido o ingresso de novos participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 01/01/2003.

- **Plano de Benefícios Multifuturo I**

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC) e foi implantado em junho de 2002.

- **Plano de Benefícios Multifuturo II**

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi implantado em janeiro de 2003. O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR E CODESC e pela própria FUSESC.

A escrituração contábil da FUSESC é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada plano de benefício, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, através da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, publicadas no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro e 09 de julho de 2002, respectivamente, e demais alterações posteriores.

Estas resoluções estão sendo revogadas pela Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2009, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2010. Dentre as alterações propostas está a convergência com as práticas contábeis internacionais.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Recursos Coletados e Utilizados, Receitas e Despesas

Os recursos coletados e utilizados, as receitas e as despesas estão contabilizadas com observância ao regime de competência, exceto as receitas dos participantes autofinanciados vinculados ao plano de contribuição definida, que são escrituradas pelo regime de caixa.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são reconhecidos contabilmente, a partir da publicação da decisão dos acionistas, em conformidade com o princípio da competência.

b) Ativo Realizável

Programa Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes.

Programa Administrativo

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Programa de Investimentos

• Renda Fixa

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização. O deságio foi corrigido e apropriado à receita pró rata dia, à medida de sua realização.

• Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002, passaram a ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias acima passaram a ser avaliados, respectivamente, pelo valor de mercado e pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

- **Renda Variável**

As aplicações no Mercado de Ações estão contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e outras taxas, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação média do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores com o maior volume de negócios.

A partir de junho de 2008, através das alterações promovidas pela resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008, as ações passaram a serem contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, devendo ser avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor. A legislação faculta ainda, que as ações poderão ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada, para a avaliação dos valores mobiliários de renda variável de companhias sem mercado ativo em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, com condicionantes e evidenciando o(s) critério(s) em Notas Explicativas. Para as ações consideradas de difícil realização foi constituída provisão para perdas.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

- **Investimentos Imobiliários**

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário (de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação), bem como os aluguéis ou direitos a receber, inclusive aqueles decorrentes de alienações. Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e ajustados por reavaliações efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis, apurada no último laudo de reavaliação.

Os imóveis alienados de forma parcelada estão sendo corrigidos e amortizados conforme as cláusulas estabelecidas nos respectivos contratos.

- **Operações com Participantes**

As Operações com Participantes representam os empréstimos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

c) Ativo Permanente

- **Imobilizado**

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da FUSESC, e estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de ar	25% a.a.

- **Diferido**

Representa os gastos com desenvolvimento de sistemas da Fundação e estão registrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 20% ao ano.

d) Transferências Interprogramas

- **Custeio Administrativo**

Para custeio das despesas administrativas do Programa Previdencial, foi previsto atuarialmente para o Plano de Benefício I o percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os assistidos que optaram para a modalidade de renda variável. Para o Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II o percentual de 0,33%, por parte da patrocinadora e dos participantes ativos, sobre o salário de contribuição, enquanto que para os assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

As despesas administrativas de cada Programa são registradas no Programa Administrativo, através de centros de custos, e rateadas proporcionalmente quando comuns a cada área/Programa.

O custeio administrativo dos planos é transferido para o Programa de Operações Administrativas, via conta de segregação entre planos, ficando sob sua responsabilidade a gestão, com formação ou reversão de Fundo Administrativo.

- **Resultado dos Investimentos**

O resultado líquido gerado pelo Programa de Investimentos foi transferido para os demais Programas, na proporcionalidade das quotas de participação de cada Programa no final de cada mês.

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – PROGRAMA PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro, a Composição Consolidada das Contribuições Contratadas está assim demonstrada:

PATROCINADOR(ES)	SIGLA DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2008	2007
SERVIÇO PASSADO CONTRATADO		22.851	25.894
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC	Plano I	305	345
	Multifuturo II	6.092	6.903
	Total	6.397	7.248
BESC S.A Corretora de Seguros e Adm. de Bens – BESCOR	Plano I	82	93
	Multifuturo II	1.633	1.851
	Total	1.715	1.944
Companhia de Desenv. do Estado de Santa Catarina - CODESC	Plano I	702	795
	Multifuturo II	14.037	15.907
	Total	14.739	16.702
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		22.851	25.894

Contribuições Contratadas

Com a implantação do Plano de Benefícios Multifuturo II, em janeiro de 2003, a patrocinadora BADESC contratou, em 23 de dezembro de 2002, o montante de R\$ 30.773 mil. Desse valor, R\$ 21.447 mil foram pagos no ato da assinatura do contrato, mediante a transferência de 14.294 títulos públicos federais LFT-B. O saldo remanescente em 2002 (R\$ 9.326 mil) está sendo quitado em moeda corrente nacional, num total de 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2003, no valor de R\$ 103 mil e as demais no último dia de cada mês, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, considerando a taxa de juros de 0,5% ao mês e a atualização pela variação do INPC do mês anterior ao mês de competência da referida atualização.

As patrocinadoras BESCOR e CODESC contrataram, com a mesma finalidade de implantação do Plano de Benefícios Multifuturo II, os montantes de R\$ 2.501 mil e R\$ 21.491 mil, com parcelas no valor de R\$ 28 mil e R\$ 239 mil respectivamente, financiados com as mesmas características da patrocinadora BADESC.

NOTA 05 – ATIVO REALIZÁVEL – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Fundação estava assim representada:

DESCRIÇÃO	2008	2007
RENDA FIXA	1.378.953	1.322.921
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	446.614	306.472
Aplicações em Instituições Financeiras	929.047	1.012.676
Títulos de Empresas	3.292	3.773
RENDA VARIÁVEL	16.862	15.863
Mercado de Ações	12.998	12.196
Fundos de Investimentos	-	50
Outros Investimentos de Renda Variável	3.864	3.617
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	55.416	52.123
Em Construção	-	235
Edificações	54.744	46.537
Investimentos em Shopping Center	-	98
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	672	5.253
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	39.746	32.357
Empréstimos	39.746	32.357
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1.490.977	1.423.264

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter e da SNB Participações, nos valores de R\$ 3.463 mil e R\$ 401 mil, respectivamente, foi reclassificado contabilmente de Títulos de Empresas para Outros Investimentos de Renda Variável, atendendo solicitação da fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC para melhor adequação a Resolução CMN nº 3.456, de 01/06/07, face às mesmas possuírem remuneração variável com base em participação nos seus respectivos empreendimentos.

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

- a) Renda Fixa – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 12.360 mil (R\$ 9.490 mil em 2007), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Teka – Tecelagem Kuehnrich S/A foi totalmente revertido no exercício de 2007, em função da negociação com a empresa, no valor de R\$ 1.186 mil, sendo R\$ 100 mil no ato e o saldo a remanescente em 60 parcelas mensais no valor de R\$ 24 mil atualizadas considerando a taxa de juros de 0,5% ao mês e a atualização pela variação do INPC do mês anterior ao mês de competência da referida atualização. A negociação foi pactuada nas mesmas bases como os demais debenturistas (entre os quatro debenturistas três fizeram a negociação com a empresa).
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 12.360 mil (R\$ 9.490 mil em 2007). As debêntures foram provisionadas em 100%, estando em processo de cobrança judicial. As debêntures estão sendo corrigidas e está sendo mantido o mesmo percentual de provisionamento.
- b) Renda Variável – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 6.515 mil (R\$ 9.853 mil em 2007), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das ações de emissão do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC foi totalmente revertido (R\$ 2.385 mil em 2007) em função do direito de recesso dos acionistas minoritários, optando pelos valores de reembolso mais vantajosos de R\$ 2,44675527 por ação do BESC, totalizando o valor de R\$ 2.587 mil, face a efetivação do processo de incorporação da entidade pelo Banco do Brasil S.A.;
 - O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (idem em 2007). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 6.065 mil (R\$ 5.517 mil em 2007). As debêntures então atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo, e foram provisionadas em 63,66% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel. As debêntures estão sendo corrigidas e está sendo mantido o mesmo percentual de provisionamento;

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da SNB Participações, investimento atrelado a participação em imóveis no Neumarkt Shopping Center, na cidade de Blumenau – SC, foi totalmente revertido (R\$ 1.501 mil em 2007) em função da negociação da totalidade dos investimentos (debêntures e participação no Shopping) com a empresa Almeida Junior Shopping Centers, no valor de R\$ 623 mil, sendo R\$ 125 mil no ato e o saldo remanescente em 13 parcelas mensais, as 12 primeiras no valor de R\$ 5 mil cada e a 13ª no valor de R\$ 498 mil, atualizadas considerando a taxa de juros de 0,5% ao mês e a atualização pela variação do INPC do mês anterior ao mês de competência da referida atualização. A negociação foi pactuada nas mesmas bases como os demais debenturistas;
- c) Investimentos Imobiliários – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 598 mil (R\$ 547 mil em 2007). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos e impostos e taxas a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.
- d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 67 mil (R\$ 68 mil em 2007). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e na sua maioria não solicitaram benefício na Fundação. Os valores estão sendo objetos de negociação com os participantes.

A FUSESC, em 2006, realizou a venda de 120 debêntures de emissão da Vita-CBI Medicina Diagnóstico S.A., através de Instrumento Particular de Compra de Venda de Debêntures e Outras Avenças para a Vita Participações e Empreendimentos S.A., tendo como Interviente Anuente a SMA Empreendimentos e Participações S.A.. O preço de venda foi de R\$ 3.869 mil, sendo o valor de R\$ 756 mil pago em moeda corrente nacional, em outubro de 2006 e o saldo remanescente no valor de R\$ 3.113 mil está sendo quitado em moeda corrente nacional, num total de 72 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em setembro de 2006, no valor de R\$ 55 mil e as demais no 5º dia de cada mês, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, considerando a taxa de juros de 9% ao ano e a atualização pela variação do INPC do mês anterior ao mês de competência da referida atualização. Adicionalmente foram dadas em garantias penhor de 501 debêntures participativas de emissão da SMA, no valor de R\$ 3.876 mil e conta corrente específica (recebíveis) de instituições pagadoras a SMA.

5.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

Atendendo a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002 e Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Fundação, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2008			2007
	Até 360 dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	114.720	331.893	446.613	306.472
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	114.720	331.893	446.613	306.472
Letras Financeiras do Tesouro	114.720	229.608	344.328	306.472
Notas do Tesouro Nacional	-	102.285	102.285	306.472
FUNDOS EXCLUSIVOS	64.142	704.483	768.625	645.145
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	64.142	704.483	768.625	645.145
Letras Financeiras do Tesouro	28.672	397.740	426.412	363.169
Notas do Tesouro Nacional	35.470	306.743	342.213	281.976

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2008	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	603.646	603.646
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	426.412	426.412
Letras Financeiras do Tesouro (Carteira Própria)	114.355	114.355
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	62.879	62.879
Títulos Mantidos Até o Vencimento	611.592	611.592
Letras Financeiras do Tesouro (Carteira Própria)	229.973	229.973
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	102.285	102.285
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	279.334	279.334
Total	1.215.238	1.215.238

A Fundação encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

De acordo com o previsto no Art. 6º da Resolução CGPC nº 4, acima citada, não houve a necessidade de reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

5.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

	%	2008			2007
		Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações					
Em Construção		-	-	-	235
Uso Próprio	(a)	3.142	(9)	3.133	2.272
Locadas a Patrocinador(es)	(a)	2.828	(37)	2.791	2.228
Locadas a Terceiros	(a)	48.817	(382)	48.435	41.637
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas e demais)	-	385	-	385	400
Participações (Shopping Center)	(a)	-	-	-	98
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	-	672	-	672	5.253
		55.844	(428)	55.416	52.123

(a) As taxas anuais de depreciação são ajustadas em função da vida útil remanescente dos bens, apresentadas nos últimos laudos de avaliação.

Com o objetivo de eliminar as distorções das reavaliações trienais, a Funesa a partir de 2007 passou a reavaliar 1/3 dos seus imóveis a cada ano. No exercício de 2008 foram realizadas duas reavaliações, sendo 1/3 no mês de março e 1/3 remanescente no mês de setembro, objetivando uma melhor precificação da carteira. De acordo com o laudo de avaliação de peritos independentes emitidos pelas empresas “Avalisc – Engenharia de Avaliações S/C Ltda.” e “Bonin – Engenharia de Avaliações Ltda.”, nas reavaliações obteve-se o resultado positivo no montante de R\$ 5.441 mil e R\$ 3.266 mil, nos meses de março de setembro, respectivamente, no qual foi incorporado aos saldos dos Investimentos Imobiliários, a crédito de receita do Programa de Investimentos. Os ativos reavaliados passaram, a partir de março e setembro de 2008, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada nos referidos laudos de avaliação.

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

	VALOR REAVALIADO	VALOR CONTÁBIL	RESULTADO
Março/08			
Edificações	21.437	15.996	5.441
Uso Próprio	-	-	-
Locadas à Patrocinador(es)	2.005	1.611	394
Locadas à Terceiros	19.432	14.385	5.047
Setembro/08			
Edificações	12.565	9.299	3.266
Uso Próprio	-	-	-
Locadas à Patrocinador(es)	553	415	138
Locadas à Terceiros	12.012	8.884	3.128
TOTAIS	34.002	25.295	8.707

NOTA 06 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

No exercício de 2001 a Fundação aderiu ao Regime Especial de Tributação - RET e o regime de anistia em atendimento a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, IN SRF nº 89, de 31 de outubro de 2001, IN SRF nº 103, de 21 de dezembro de 2001 e MP nº 16, de 27 de dezembro de 2001, levando-se em consideração a MP nº 25 de 23 de janeiro de 2002 e IN SRF nº 126 de 25 de janeiro de 2002.

Com a adesão ao Regime Especial de Tributação – RET, a Fundação passou a ser tributada a partir de 01 de setembro de 2001 até 31 de dezembro de 2004, pelos percentuais aplicados de acordo com a legislação vigente do Imposto de Renda, tendo como fato gerador os rendimentos e ganhos auferidos sobre o programa de investimentos, limitados a 12% das contribuições normais das patrocinadoras. A apuração do imposto era efetuada de forma trimestral, sendo o recolhimento correspondente efetuado no mês subsequente ao da apuração.

A referida legislação também alterou a forma de recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e do Programa de Integração Social – PIS. A partir do exercício de 2002 o período de apuração é mensal com recolhimento até a quinzena subsequente ao da apuração.

Com a publicação a Medida Provisória nº 209, de 26 de agosto de 2004 (convertida na Lei nº 11.053, datada de 30 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 11.196, datada de 30 de novembro de 2005) as entidades de Previdência Privada, a partir de janeiro de 2005, não tiveram mais a obrigatoriedade de recolhimento do Imposto de Renda na acumulação da renda, ou seja, foi revogado o Regime Especial de Tributação – RET. Além disso, introduziu um novo tratamento tributário aos Planos de Previdência Privada. A Instrução Normativa da SRF nº 497, de 24 de janeiro de 2005, e demais alterações/revogações, disciplinam o disposto na referida Lei.

Os valores registrados como exigível operacional são, substancialmente, decorrente das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (programa previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (programa administrativo), operações de renda fixa – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais (programa de investimentos).

NOTA 07 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FUSESC, com a adesão à anistia proposta pela União, desistiu das demandas judiciais nas quais pleiteava sua imunidade tributária. O montante do depósito na demanda que versa sobre o imposto provisório sobre a movimentação financeira - IPMF ainda não foi levantado pelos Procuradores da Fazenda Nacional.

Em virtude de mandado de segurança impetrado pela ABRAPP, no qual é questionada a exação tributária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a FUSESC vinha consignando judicialmente o imposto de renda exigido nos moldes do regime especial de tributação – RET e em dezembro de 2005 protocolou pedido de desistência da medida judicial, também não levantado pelos Procuradores da Fazenda Nacional.

Em função das demandas judiciais referente aos expurgos inflacionários, a Fundação atendendo as normas contábeis, constitui provisão no valor de R\$ 33.196 mil, valor este que abrange todos os participantes, demandantes ou não da ação judicial. Tal cautela se justifica ante o número avolumado de ações, a nível nacional, e que vem, por entendimentos controversos, resultando em discussões e decisões que amparam nossa opção pelo provisionamento total.

Como consequência das ações trabalhistas e cíveis promovidas em face da Fundação, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos recursais com o propósito de permitir o questionamento de referidas demandas nas instâncias superiores.

Tendo em vista as disposições estabelecidas nas normas que regulam os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, o registro contábil dos valores depositados judicialmente deve figurar como uma conta redutora da conta que registra a referida obrigação, razão pela qual, tais valores acabam não sendo evidenciados nas Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro os valores envolvidos em demandas judiciais, para os quais a Fundação mantém depósitos judiciais correspondentes estão assim representados:

DESCRIÇÃO	2008	2007
Imposto de Renda - Regime Especial de Tributação - RET	8.928	8.380
Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira	450	443
Ações Trabalhistas/Cíveis	691	501

NOTA 08 – EXIGÍVEL ATUARIAL

O Exigível Atuarial foi determinado pela consultoria atuarial independente Alliance Consultoria Ltda., que adotou na Avaliação Atuarial, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- No Plano de Benefícios I (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;
 - Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
- Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II (planos de contribuição variável):
 - Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte antes da aposentadoria, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
 - Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2008 e 2007, estão demonstradas, como segue:

TIPO DE HIPÓTESE	AVALIAÇÃO 2008	AVALIAÇÃO 2007
	DATA-BASE: JULHO 2008	DATA-BASE: AGOSTO 2007
ECONÔMICAS		
Retorno dos Investimentos	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Crescimento Salarial	Plano BD e Multifuturo I: INPC + 2,67% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,64% a.a.	Plano BD e Multifuturo I: INPC + 2,64% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 4,34% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	97%	97%
DEMOGRÁFICAS		
Mortalidade	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	80% RRB - 1944	RRB - 1944
Entrada de Invalidez	IAPB-57 Forte (80% sexo masculino e 110% sexo feminino)	IAPB-57 Forte (80% sexo masculino e 110% sexo feminino)
Rotatividade	Nula	Nula

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados em 11 de março de 2009.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada do Exigível Atuarial da FUSESC, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2008	2007
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	<u>1.053.960</u>	<u>1.002.323</u>
Benefícios do Plano	1.053.960	1.002.323
Contribuição Definida	688.005	657.535
Benefício Definido	365.955	344.788
BENEFÍCIOS A CONCEDER	<u>250.541</u>	<u>255.339</u>
Benefícios do Plano com a Geração Atual	252.399	257.201
Contribuição Definida	244.880	251.529
Benefício Definido	7.519	5.672
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(1.858)	(1.862)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	1.304.501	1.257.662

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos**

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Fundação, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da FUSESC, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela FUSESC, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da FUSESC, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 09 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado da FUSESC é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2008 ao montante de R\$ 116.170 mil (foi superavitário também em 2007, no valor de R\$ 131.617 mil) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalte-se que este superávit ocorreu em função do bom desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos da Fundação em anos anteriores e a redução em relação a 2007 (R\$ 15.447 mil) foi em decorrência da contabilização de contingência do Programa Previdencial.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, regulamentada pela Instrução SPC nº 28 de 30/12/2008, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência no valor de R\$ 85.841 mil e Reserva para Revisão de Plano no valor de R\$ 30.329 mil.

NOTA 10 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo do Programa Administrativo é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas e o Fundo do Programa de Investimentos é constituído com recursos da cobrança da taxa de quitação dos empréstimos liberados aos participantes para amortização desses em casos de morte.

O Fundo Previdencial foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas patrocinadoras, relativos aos participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. Este Fundo poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências dos planos, observado o disposto na legislação vigente, no plano de custeio anual e na manifestação do atuário. De acordo com parecer atuarial o valor deste fundo em ambos os planos foi reduzido em 31/12/2008 e em 2007 para permitir a manutenção da taxa de risco coberta pela patrocinadora.

José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF 155.052.519-00

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo
e de Seguridade
CPF 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC 011832/O-3
CPF 376.079.879-91

1.5 Demonstração Patrimonial e de Resultados de Plano de Benefício de Natureza Previdencial

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

Sigla: FUSESC

CNPJ: 83.564.443/0001-32

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$)

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
ATIVO	508.095.101,26	480.109.709,69	PASSIVO	508.095.101,26	480.109.709,69
DISPONÍVEL	183.117,35	79.655,08	CONTAS A PAGAR	591.968,06	632.664,47
CONTAS A RECEBER	1.104.173,93	1.251.142,59	VALORES EM LITÍGIO	660.760,83	200.306,91
APLICAÇÕES	506.807.809,98	478.778.912,02	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	433.121.576,21	418.396.355,85
Renda Fixa	470.117.250,23	463.016.896,30			
Renda Variável	5.643.919,61	2.491.765,70			
Imóveis	19.327.916,78	8.187.494,41			
Empréstimos/Financiamentos	11.718.723,36	5.082.755,61			
			FUNDOS	-	-
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	73.720.796,16	60.880.382,46
			Resultados Realizados	73.720.796,16	60.880.382,46
			Superávit Técnico Acumulado	73.720.796,16	60.880.382,46

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$)

DESCRIÇÃO	2008	2007
(+) Contribuições	2.288.235,33	2.335.470,93
(-) Benefícios	(40.694.320,81)	(38.126.190,31)
(+/-) Rendimentos das aplicações	66.663.285,79	61.883.419,39
(=) Recursos líquidos	28.257.200,31	26.092.700,01
(-) Despesas com administração	(197.101,62)	(163.780,07)
(-/+) Formação (utilização) de valores em litígio	(494.464,63)	(60.009,34)
(-/+) Formação (utilização) dos compromissos com participantes e assistidos	(14.725.220,36)	(9.991.163,02)
(=) Superávit (déficit) do exercício	12.840.413,70	15.877.747,58

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: No Plano de Benefício I, a rentabilidade foi de 14,54% (em 2007, foi de 14,17%), calculada através do patrimônio líquido, superando a meta atuarial que foi de 13,63% (INPC + 6% ao ano) e o CDI de 12,38%. Em janeiro de 2005, buscando melhor proteção para os compromissos do passivo atuarial, foi vinculado (segregação real) ao patrimônio de investimento do plano o fundo Icatú Ágata, composto de papéis indexados a índices de preços (IGP-M e IPCA) mais taxa real de juros superior a 8% ao ano. Com a alteração promovida no Plano, de Benefício Definido para a de Contribuição Variável, onde resultou na migração de 34% dos assistidos da modalidade com renda vitalícia para a de recebimento na forma do saldo percentual de conta, o fundo Icatú Ágata, em 31/12/08, foi realocado para compor a rentabilidade de todos os Planos.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O custeio administrativo é previsto anualmente pelo Atuário, fixando o percentual em 5% (em 2007 foi o mesmo percentual) sobre as receitas de contribuições mensais, para os participantes ativos e assistidos com renda vitalícia e de 1% sobre os benefícios para os assistidos de renda do saldo percentual de conta. Os valores demonstrados como Despesas com Administração, referem-se as contribuições para o custeio do plano.



02

PARECERES

2 PARECERES

2.1 Parecer dos Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos Srs.

ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS, PATROCINADORAS e PARTICIPANTES da FUSESC – FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL
Florianópolis – SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC**, levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC** em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 06 de março de 2008.

Maringá (PR), 12 de março de 2009.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2 S-SC

Valdemir Bez
Contador CRC PR 037.262/O-2 S-SC

2.2 Parecer Atuarial – Plano de Benefícios I

PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS I FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008

O Plano de Benefícios I é um plano de contribuição variável, administrado pela entidade fechada de previdência complementar Fundação Codesc de Seguridade Social – Fusesc e patrocinado pelo Banco do Brasil S.A., que incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina S.A.- BESC, e pelas empresas Badesc, Bescor e Codesc e pela própria Fusesc. Este plano deixou de ser um plano de benefícios definidos porque, em 2007, após alteração regulamentar, um grupo de participantes-assistidos em gozo de aposentadoria programada alterou a forma de recebimento da renda mensal continuada, de renda vitalícia para uma renda em percentual do saldo de conta.

Para encerramento do exercício de 2008, foram registrados os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I, realizada com a data-base de 31/07/2008, cujos dados cadastrais da massa de participantes e assistidos, fornecidos pela entidade, foram considerados suficientemente completos e consistentes.

I - Estatísticas

Em 31/07/2008, o número de participantes-ativos era de 4, sendo 3 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Justifica-se este número de participantes no fato de que o Plano de Benefícios I está em extinção desde 01/01/2003.

A idade média dos participantes-ativos foi de 49,90 anos e o tempo médio faltante para gozo de benefício de aposentadoria programada e continuada (ponderado pelo valor do benefício a conceder) foi de 3,51 anos.

Na mesma data-base, 832 participantes estavam em gozo de aposentadoria programada e continuada, 316 em gozo de aposentadoria por invalidez, 1 afastado por doença há mais de dois anos e 350 grupos familiares de dependentes em gozo de pensão por morte.

A expectativa de vida média de 552 aposentados válidos em gozo de benefício pago na forma de renda vitalícia, ponderada pelo valor do benefício a conceder de renda programada e continuada, sem considerar a reversão em pensão por morte, ficou em 18,36 anos.

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as hipóteses e os métodos atuariais seguintes:

Hipóteses Biométricas

- Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-83.
- Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-Forte (80% para o sexo masculino e 110% para o sexo feminino).
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: 80% da RRB-44.
- Rotatividade: nula.
- Não considerada hipótese sobre gerações futuras de novos entrados.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante:
 - para atuais participantes-assistidos, foram utilizados os grupos de dependentes informados;
 - para participantes-ativos e futuros participantes-assistidos, foi utilizada a hipótese de que todos terão dependente vitalício, sendo o homem três anos mais velho que a mulher.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa real anual de juros: 6,0%.
- Projeção do crescimento real anual médio de salários: 2,67%.
- Projeção do crescimento real anual médio dos benefícios do INSS: 0,00%.
- Projeção do crescimento real anual médio dos benefícios do plano: 0,00%.
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - dos salários: 0,97;
 - benefícios do INSS: 0,97;
 - benefícios do plano: 0,97.

Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição Simples: adotado para os benefícios de Suplementação de Auxílio-Doença.

- Regime de Capitalização (Método Agregado): adotado para as Suplementações de Aposentadoria, o Pecúlio por Morte, o Benefício Proporcional e para o Instituto da Portabilidade.

A escolha das hipóteses atuariais ocorreu com a aprovação da Fusesc, observando-se o disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, no que diz respeito à adequação destas hipóteses às características da massa de participantes e assistidos e ao Regulamento do Plano de Benefícios, conforme as seguintes justificativas:

- as tábuas biométricas foram selecionadas em função de testes de aderência realizados pelo Teste Qui-quadrado;
- a rotatividade nula foi considerada por ser a estimativa mais conservadora para a projeção das obrigações do plano de benefícios;
- a consideração da massa fechada para novos entrados é a consequência de estar o plano em extinção;
- a composição do grupo familiar, quando não considerada a composição real para cada participante, foi estimada para gerar compromissos vitalícios posteriores ao óbito do participante em todos os casos, o que resulta numa hipótese bastante conservadora;
- a projeção do crescimento real anual médio de salários foi obtida por estudo estatístico, com a concordância das patrocinadoras;
- a projeção do crescimento real anual médio dos benefícios do INSS foi considerada nula por ser a estimativa mais conservadora para o cálculo dos compromissos do plano;
- a projeção do crescimento real anual médio dos benefícios do plano foi considerada nula porque não há possibilidade regulamentar para este fato e os benefícios do plano são reajustados em setembro de cada ano pela variação do INPC, sem acréscimos;
- a taxa real anual de juros foi fixada a partir de parecer técnico da Fusesc, com a concordância das patrocinadoras; a sustentabilidade desta expectativa deverá ser observada no médio e longo prazos;
- os fatores de determinação do valor real dos salários e benefícios ao longo do tempo foi resultado da aplicação de previsão de taxa de inflação de aproximadamente 5% ao ano, conforme parecer técnico da Fusesc e concordância das patrocinadoras; dependendo do comportamento econômico a ser observado, esta taxa poderá ser alterada para mais ou para menos.

Em relação à Avaliação Atuarial de 2007, foram promovidas mudanças de hipóteses atuariais, por conta das justificativas anteriormente descritas, na projeção de crescimento real de salários, que passou de 2,64% a.a. para 2,67% a.a., e na Tábua de Mortalidade de Inválidos, que passou da RRB-44 para 80% da RRB-44.

A preferência pelo Método Agregado de Capitalização foi motivada pelo fato de estar o Plano de Benefícios I em extinção.

III - Patrimônio do Plano de Benefícios

De acordo com informações fornecidas pela Fusesc, o Ativo Líquido do Plano foi apurado em 31 de dezembro de 2008, conforme indicação abaixo:

	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	508.095.101,26
Exigíveis (Operacional e Contingencial):	(-) 1.252.728,89
Fundos não Previdenciais:	(-) 0,00
Ativo Líquido do Plano:	506.842.372,37
Ativo Líquido Integralizado:	505.754.235,72
Ativo Líquido a Integralizar:	1.088.136,65

O valor do Ativo Líquido a Integralizar é equivalente ao Serviço Passado Contratado (saldo devedor de R\$ 1.088.136,65, para pagamento em 48 parcelas restantes).

IV - Exigível Atuarial e Fundos

Utilizados os dados cadastrais validados, as hipóteses e os métodos anteriormente descritos e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2008, afirmamos que o Exigível Atuarial, equivalente ao total das Provisões Matemáticas, corresponde a R\$433.121.576,21. Este valor é inferior ao Ativo Líquido do Plano em R\$73.720.796,16, que é o valor a ser registrado como Superávit Técnico.

	<u>Valores em R\$</u>
Exigível Atuarial:	433.121.576,21
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos:	430.794.125,63
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder:	2.327.450,58
Superávit Técnico:	73.720.796,16

Em cumprimento aos artigos 7º e 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, o Superávit Técnico será destinado integralmente à constituição de reserva de contingência.

Como causas do Superávit Técnico, apesar da contabilização de contingências do Programa Previdencial, podem ser evidenciadas:

- a redução de riscos atuariais pela migração de quase 100% dos participantes-ativos para outros planos de contribuição variável da Fusesc, a partir de 2002;
- o rateio patrimonial da Fusesc em 2002, priorizando a cobertura integral da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos;
- a colocação do Plano de Benefícios I em extinção;
- a acumulação superavitária de exercícios anteriores;
- o retorno de investimentos do plano superior à meta atuarial (6% a.a. composto com a variação do INPC).

Não estão registrados fundos de qualquer natureza.

V- Plano de Custeio

O novo Plano de Custeio do Plano de Benefícios I terá início de vigência em 01/03/2009.

Para as patrocinadoras e para os participantes-ativos e autopatrocinados, sugere-se a manutenção do plano de custeio vigente, com paridade contributiva. Este plano de custeio foi aprovado pelas patrocinadoras e está vigente desde abril/2006. Estes participantes deverão contribuir pela aplicação da tabela abaixo, destinando-se 5% das contribuições para o custeio das despesas administrativas:

Faixa de Salário-de-Participação (% do valor-teto do INSS):

1ª faixa) até 50%

2ª faixa) acima de 50% até 100%

3ª faixa) acima de 100% até o teto Fusesc

Percentual Contributivo sobre o Salário-de-Participação:

1ª faixa) 11,22%

2ª faixa) 18,69%

3ª faixa) 44,86%

Parcela a Deduzir (% do valor-teto do INSS):

1ª faixa) -

2ª faixa) 3,75%

3ª faixa) 29,91%

Para os assistidos serão aplicadas as seguintes taxas de contribuição:

- contribuição de 10% do valor da suplementação de aposentadoria recebida na forma de renda vitalícia, para o participante-assistido que teve acrescido ao seu benefício o abono de aposentadoria, destinando-se 5% destas contribuições para o custeio das despesas administrativas;
- contribuição de 1% do valor do benefício, para todos os participantes-assistidos e dependentes que recebam renda em percentual do Saldo de Conta Total, para custeio exclusivo das despesas administrativas.

VI- Conclusão

Considerando-se a base cadastral de 31/07/2008, as hipóteses e os métodos atuariais fixados, o Plano de Benefícios I é um plano com equilíbrio financeiro-atuarial, cujo Superávit Técnico apurado corresponde, em 31/12/2008, a 14,55% do Ativo Líquido do Plano. Este resultado ocorreu principalmente pela acumulação superavitária de exercícios anteriores e pela obtenção de rentabilidade patrimonial efetiva superior à taxa de juros de 6% a.a., o que pode ser constatado no período de 01/01/2008 a 31/12/2008 quando foi alcançada a taxa de retorno do patrimônio líquido de 6,67%, além da variação do INPC.

Florianópolis, 11 de março de 2009.

Altair Doerner Hoepers
Atuário MIBA 774
Alliance Consultoria Ltda.

2.3 Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social FUSESC, de acordo com as Disposições Legais Estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxos Financeiros referente ao exercício de 2008, bem como as Notas Explicativas, relatórios de conciliação, inventários de bens e outros documentos, e tendo em vista os pareceres de auditoria e atuarial, da Bez & Associados Auditores Independentes S/S e da Alliance Consultoria Ltda., respectivamente, são do parecer que os valores contábeis refletem a situação econômico-financeira da Entidade.

Florianópolis, 24 de março de 2009

Mauro Tubias Benedet
Presidente

Ricardo Bayer Battistotti
Conselheiro

Edison Silva de Orleans
Conselheiro

2.4 Parecer do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 25 de março de 2009 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item V do artigo 27 do Estatuto, após o exame do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos Financeiros e as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e considerando os Pareceres do Atuário, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprovação.

Florianópolis, 25 de março de 2009

Joventino Scremin
Presidente

Vânio Boing
Conselheiro

Roberto Luiz de Oliveira
Conselheiro

Volnei Tércio Sousa
Conselheiro

Júlio César Correa Búrigo
Conselheiro

Antônio Sérgio Gouvêa
Conselheiro



03

INVESTIMENTOS

3 INVESTIMENTOS

3.1 Resumo do Demonstrativo de Investimentos

QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL
 SIGLA: FUSESC
 CNPJ: 83.564.443/0001-32
 CÓDIGO: 0055-2
 PERÍODO: DEZEMBRO DE 2008

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2007	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2008	% APLIC.	% DIVERS. RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
R. RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		1.423.556.049,30	100,00	1.491.543.826,83	100,00			
A. DISPONÍVEL (A=a1)		507.094,93	0,04	822.682,43	0,06			
a1. Bancos e Caixa		507.094,93	0,04	822.682,43	0,06			
B. INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA (B=B1+...+B5)		1.322.821.328,80	92,92	1.378.853.575,30	92,44		Baixo Risco de Crédito	Limite Inferior 29,0%
B1. TÍTULOS PÚBLICOS DE RESP. DO TESOURO NACIONAL E/OU DO BACEN E CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOURO NACIONAL (B1.=b1)		306.472.142,68	21,53	446.613.835,76	29,95		Até 100%,art. 13,insiso I	
b1.1. Notas do Tesouro Nacional (b1.1=b1.1.01)		-	-	102.285.307,16	6,86			Limite Superior 100%
b1.1.01. NTN		-	-	102.285.307,16	6,86			
b1.2. Letras Financeiras do Tesouro (b1.2=b1.2.01)		306.472.142,68	21,53	344.328.528,60	23,09		Até 80%,art. 13,insiso´s II	
b1.2.01. LFT		306.472.142,68	21,53	344.328.528,60	23,09			
B4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (B4.=b4.9)		1.012.676.498,55	71,14	929.047.584,56	62,28			
b4.9. Quotas de FIC - Renda Fixa (b4.9=b4.9.01+...+b4.9.03)		1.012.676.498,55	71,14	929.047.584,56	62,28			
b4.9.01. HSBC - Ouro (Exclusivo - FI´s HSBC c/80,72%, Modal c/8,82%, GAP c/8,74% e Mellon c/1,72%)		-	-	295.611.531,36	19,82			
b4.9.01. HSBC - Ouro (Exclusivo - FI´s HSBC c/ 44,90%, Besc c/ 42,88%, GAP c/ 4,59%, Schroder c/ 3,04% e Opportunity c/ 3,80% e FIDC BMC c/ 0,35%, Cruzeiro c/ 0,44%)		310.291.454,10	21,80	-	-			
b4.9.02. ICATÚ - Ágata (Exclusivo - FI ICATÚ c/100%)		304.001.179,10	21,36	289.278.982,08	19,39			
b4.9.03. Bradesco Multi Prata (Exclusivo- FI´s Bradesco c/86,05% e FIDCs: Aetatis c/0,12%, Dacasa c/0,90%, BMC c/0,27% Bonsucesso c/1,54%, Daycoval c/3,07%, Bic Banco c/3,23%, BMG c/3,70%, Paraná c/0,65% e Credibel c/0,47%)		-	-	344.157.071,12	23,07			

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2007	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2008	% APLIC.	% DIVERS. RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
b4.9.03. Bradesco Multi Prata (Exclusivo-FI's Bradesco c/52,23% e Mercatto c/31,58% e FIDC BMG c/4,32%, Dacasa c/1,37%, Bonsucesso c/2,28%, GP c/0,12%, Parana c/1,33%, Credibel c/0,74% e Panamericano c/ 6,03%)		398.383.865,35	27,99	-	-			
B5. TÍTULOS DE EMPRESAS (B5.= b5.1 + b5.2)		3.672.687,57	0,26	3.192.154,98	0,21			
b5.1. Debêntures Conversíveis (b5.1=b5.1.01)		-	-	-	-			
* b5.1.01 Buetner (Provisão de 100% para perdas iminentes)		-	-	-	-			
b5.2. Debêntures Não Conversíveis (b5.2=b5.2.01-b5.2.02)		3.672.687,57	0,26	3.192.154,98	0,21			
b5.2.01. Valores a Receber		3.772.687,57	0,27	3.292.154,98	0,22			
b5.2.01.01. Teka		1.090.313,18	0,08	939.336,08	0,06			
b5.2.01.02. Vita-CBI		2.682.374,39	0,19	2.352.818,90	0,16			
b5.2.02. Valores a Pagar		100.000,00	0,01	100.000,00	0,01			
C. INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL (C=C1+C4+C5)		15.862.914,96	1,11	16.861.617,91	1,13		Até 50%	Limite Superior 50,0%
C1. MERCADO DE AÇÕES (C1=c.01)		12.196.075,97	0,86	12.998.183,27	0,87			
c1.01. Mercado à Vista (c1.01=c1.01.01+...+c1.01.05)		12.196.075,97	0,86	12.998.183,27	0,87			
* c1.01.01. Besc (Provisão de 50% para perdas iminentes)	PNA	6.780.085,71	0,48	-	-			
* c1.01.01. Besc (Provisão de 50% para perdas iminentes)	PNB	4.745.940,26	0,34	-	-			
* c1.01.02. Bescredi (Provisão de 100% para perdas iminentes)	ON	-	-	-	-			
c1.01.03. Celesc	ON	338.550,00	0,02	292.800,00	0,02	0,04		
* c1.01.04. Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes)	ON	-	-	-	-			
c1.01.05. Wiest	PN	331.500,00	0,02	-	-			
c1.01.06. Petrobras	PN	-	-	9.775.520,00	0,65	0,09		
c1.01.07. Valores a Receber		-	-	2.929.863,27	0,20			
c1.01.07.01. Besc PNA E PNB		-	-	2.587.463,27	0,17			
c1.01.07.02. Petrobras		-	-	342.400,00	0,03			
C4. FUNDOS DE INVESTIMENTOS (C4=c4.1)		49.581,80	-	-	-			
c4.1. Quotas de Fundos de Ações (c4.1=c4.1.01)		49.581,80	-	-	-			
c4.1.01. SC FIEE (Empresas Emergentes)		49.581,80	-	-	-			
C5. OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA VAVIÁVEL (C5=c5.1)		3.617.257,19	0,25	3.863.434,64	0,26			
c5.1.Debêntures Não Conversíveis (c5.1=c5.1.01+c5.1.02+c5.1.03)		3.617.257,19	0,25	3.863.434,64	0,26			
*c5.1.01. Hauscenter S.A (Provisão de 63,66% para perdas iminentes)		3.149.202,30	0,22	3.462.380,17	0,23			
*c5.1.02. SNB Participações (Provisão de 76,23% para perdas iminentes)		468.054,89	0,03	-	-			

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2007	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2008	% APLIC.	% DIVERS. RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
c5.1.03. Valores a Receber (SNB Participações)		-	-	401.054,47	0,03			
D. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (D=D1+...+D5)		52.014.727,22	3,65	55.294.069,47	3,71		11% 2006 a 2008	Limite Superior 8,0%
D1. IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO (D1=D1.1)		235.401,83	0,02	-	-			
D1.1. Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC		235.401,83	0,02	-	-		8% a partir 2009	
D2. EDIFICAÇÕES (D2=D2.1+...+D2.3)		46.428.545,31	3,26	54.622.043,99	3,67			
D2.1. Edificações de Uso Próprio (D2.1=d2.1.01+d2.1.02-d2.1.03)		2.252.112,08	0,16	3.113.793,39	0,21			
d2.1.01. Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC		2.272.330,65	0,16	3.133.117,48	0,21			
d2.1.02. Valores a Receber		3.101,78	-	3.996,24	-			
d2.1.03. Valores a Pagar (-)		23.320,35	-	23.320,33	-			
D2.2. Locadas à Patrocinador (es) (D2.2=d2.2.01+...+d2.2.08-d2.2.09)		2.255.538,94	0,16	2.822.899,37	0,19			
d2.2.01. Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC		314.228,90	0,02	424.885,41	0,03			
d2.2.02. Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC		422.191,01	0,03	551.319,15	0,04			
d2.2.03. Rua Antão de Paula Velho s/n, B. Jardim da Serra/SC		100.299,46	0,01	126.569,97	0,01			
d2.2.04. Av. Brasil s/n, Saudades/SC		117.386,32	0,01	-	-			
d2.2.05. Rua Artista Bittencourt nº 176, Ed. A. Abreu, Centro - Fpolis/SC		1.088.264,25	0,08	1.207.012,74	0,08			
d2.2.06. Rua Sérgio Glevinski s/n, Papanduva/SC		185.068,04	0,01	180.212,72	0,01			
d2.2.07. Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC		-	-	300.912,90	0,02			
d2.2.08. Valores a Receber		28.100,96	-	32.753,05	-			
d2.2.09. Valores a Pagar (-)		-	-	766,57	-			
D2.3. Locadas à Terceiros (D2.3=d2.3.01+...+d2.3.20-d2.3.16)		41.920.894,29	2,94	48.685.351,23	3,27			
d2.3.01. Rua Presidente Coutinho nº 84, Centro - Fpolis/SC		8.876.861,28	0,62	8.860.927,80	0,58			
d2.3.02. Av. Osmar Cunha nº 23, Ed. Pérola Negra, Centro - Fpolis/SC		4.187.623,51	0,29	5.504.559,76	0,37			
d2.3.03. Rua Jerônimo Coelho nº 33, Ed. Ildelfonso Linhares, C/Fpolis/SC		669.548,72	0,05	816.432,42	0,05			
d2.3.04. Av. Hercílio Luz nº 59, Ed. Alpha Centauri, Centro - Fpolis/SC		745.780,52	0,05	984.276,22	0,07			
d2.3.05. Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC		355.184,59	0,02	493.229,24	0,03			
d2.3.06. Rua Araújo Figueiredo nº 15, Ed. Solar Orquídeas, C/Fpolis/SC		207.440,86	0,01	259.116,40	0,02			
d2.3.07. Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC		2.946.227,80	0,21	3.693.088,51	0,25			
d2.3.08. Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC		2.173.830,56	0,15	3.276.373,23	0,22			

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2007	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2008	% APLIC.	% DIVERS. RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES RES. Nº 3.456 de jun/07 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
d2.3.09. Av. Rio Branco nº 159, Ed. Barra Sul, Centro - Fpolis/SC		11.940.748,84	0,84	11.819.533,72	0,79			
d2.3.10. Rua Alvaro de Carvalho, esq. T. Silveira, Ed. Mapil, C/Fpolis/SC		1.562.244,04	0,11	1.937.154,71	0,13			
d2.3.11. Rua Ten. Silveira nº 63, Ed. Reflex, Centro - Fpolis/SC		2.860.872,39	0,20	3.639.107,49	0,24			
d2.3.12. Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC		983.668,26	0,07	1.453.277,22	0,10			
d2.3.13. Rua Dom Jaime Câmara nº 259, Ed. Pedro Gil, Centro - Fpolis/SC		1.538.496,78	0,11	2.184.094,29	0,15			
d2.3.14. Rua Jerônimo Coelho nº 50, Ed. Riviera, Centro - Fpolis/SC		2.588.048,65	0,18	3.514.270,55	0,24			
d2.3.15. Valores a Receber		368.958,70	0,03	347.602,00	0,02			
d2.3.16. Valores a Pagar (-)		84.641,21	0,01	97.692,33	0,01			
D4. PARTICIPAÇÕES D4=D4.1		97.920,00	0,01	-	-			
D4.1. Shopping Center (D4.1.=d4.1.01)		97.920,00	0,01	-	-			
d4.1.01. Rua Sete de Setembro nº 1213 Shopping Neumarket, Blumenau/SC		97.920,00	0,01	-	-			
D5. DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INV. IMOBILIÁRIOS (D5=d5.01+...+d5.11)		5.252.860,08	0,37	672.025,48	0,04			
d5.01. Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC		-	-	44.058,47	-			
d5.02. Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC		96.723,67	0,01	41.828,94	-			
d5.03. Av. Osmar Cunha nº 20, Ed. J.J. Cupertino Medeiros, C/Fpolis/SC		910.171,61	0,06	-	-			
d5.04. Rua Padre Miguelinho nº 02, Ed. Itacolomi, Centro - Fpolis/SC		2.611.309,29	0,18	-	-			
d5.05. Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC Sala 203		18.425,28	-	-	-			
d5.06. Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC Sala 204 e 205		131.101,75	0,01	45.929,84	-			
d5.07. Av. Mauro Ramos nº 64, e Valdomiro Monguilhote Centro - Fpolis/SC		1.225.168,98	0,09	294.631,30	0,02			
d5.08. Rua Araujo Figueiredo nº 15, Ed. Solar das Orquideas, Fpolis/SC Sala 06 E 07		210.249,58	0,01	120.311,51	0,01			
d5.09. Rua Sete de Setembro nº 1213 Shopping Neumarket, Blumenau/SC		-	-	95.300,08	0,01			
d5.10. Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC		49.709,92	-	-	-			
d5.11. Av. Brasil s/n, Saudades/SC		-	-	29.965,34	-			
E. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (E=E1)		32.349.983,39	2,28	39.711.881,72	2,66			
E1. EMPRÉSTIMOS (E1=e1.01+e1.02-e1.03)		32.349.983,39	2,28	39.711.881,72	2,66			
e1.01. Simples		32.000.891,96	2,25	38.775.828,97	2,60			
e1.02. Valores a Receber		356.612,72	0,03	969.890,19	0,07			
e1.03. Valores a Pagar (-)		7.521,29	-	33.837,44	-		Até 15%	Limite Superior 15,0%

QUADRO III – OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Instrução Normativa SPC nº 14, de 18/01/07 e Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06 do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e da Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

2. Demonstraremos a rentabilidade por segmento comparativa com os benchmarks de mercado, como segue:

Anual 2008		
DESCRIÇÃO	RENTABILIDADE	BENCHMARKS
Renda fixa	12,77%	12,38% CDI
Renda variável	-46,93%	-41,31% IBOVESPA
Imóveis	25,20%	13,63% meta atuarial
Empréstimos	21,08%	13,63% meta atuarial
Carteira total	11,87%	13,63% meta atuarial

3. A meta atuarial da FUSESC e de INPC (mês anterior) mais 6% ao ano, sendo que o acumulado no ano ficou em 13,63%;

4. O valor ao Risco de Mercado (VaR) calculado para a Renda Fixa foi de 1,4388%, ficando enquadrado de acordo com a Política de Investimentos que é de 1,70%; para a Renda Variável o valor ao Risco de Mercado (VaR) calculado foi de 26,8673 ficando desenquadrado com a Política de Investimentos que é de 18,50%. Fato explicado pela alta volatilidade das ações do Besc e da Petrobrás que representavam praticamente 100% da carteira de renda variável.

O cálculo da Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, ficou negativo para o Plano de Benefício I em -1,6060% e para os Plano de Benefícios Multifuturo I em -2,3930% e Multifuturo II em -2,4240% no período de Jan/08 a Dez/08. Isto devido ao fato da rentabilidade negativa do segmento de renda variável (ações).

5. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados nos itens b4.9 e c4.1 do QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% sobre o total da Gestão Terceirizada	% sobre o total dos Investimentos da Fuscsc
Renda fixa	929.047.584,56	100%	62,28

6. DESENQUADRAMENTO: No ano não houve desenquadramento nas aplicações financeiras.

7. Os Investimentos estão registrados pela sua totalidade por segmento e segregados mensalmente por Planos de Benefícios pela equivalência patrimonial.

Demonstramos a seguir o total dos investimentos de cada plano de benefício e programa, assim como seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL/07	% APL	VALOR ANUAL/08	% APL
PLANO DE BENEFÍCIO I	478.823.389,50	33,64	506.904.680,81	33,99
Renda Fixa	463.001.188,17	32,52	470.083.157,91	31,52
Renda Variável	2.491.765,70	0,18	5.643.919,61	0,38
Imóveis	8.172.601,81	0,57	19.285.442,67	1,29
Empréstimos	5.078.178,74	0,36	11.709.043,27	0,79
Disponível	79.655,08	0,01	183.117,35	0,01
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO I	781.963.810,87	54,93	810.366.303,75	54,33
Renda Fixa	711.684.725,25	50,00	745.272.622,49	49,96
Renda Variável	11.066.866,40	0,78	9.022.470,63	0,60
Imóveis	36.297.591,20	2,55	30.830.052,89	2,07
Empréstimos	22.560.849,92	1,58	24.713.380,09	1,66
Disponível	353.778,10	0,02	527.777,65	0,04

PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO II	102.400.693,37	7,19	114.292.956,01	7,66
Renda Fixa	93.273.258,50	6,55	104.233.457,00	6,98
Renda Variável	1.437.239,26	0,10	1.515.519,00	0,10
Imóveis	4.713.920,03	0,33	5.178.573,91	0,35
Empréstimos	2.930.330,89	0,21	3.289.458,36	0,22
Disponível	45.944,69	-	75.947,74	0,01
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	60.368.155,56	4,24	59.979.886,26	4,02
Renda Fixa	54.862.156,88	3,86	59.264.337,90	3,97
Renda Variável	867.043,60	0,06	679.708,67	0,05
Imóveis	2.843.767,44	0,20	-	-
Empréstimos	1.767.470,58	0,12	-	-
Disponível	27.717,06	-	35.839,69	-
TOTAL	1.423.556.049,30	100,00	1.491.543.826,83	100,00

8. As despesas incorridas com taxas de administração, performance e corretagem da Carteira Própria, Fundos de Investimentos Exclusivo são registradas dentro dos Fundos de Investimentos e as despesas de custódia é registrada no grupo de investimentos da Fundação e segregadas por Plano de Benefícios. As demais despesas são registradas como Gestão Administrativas e estão segregadas gerencialmente por plano, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL/07	VALOR ANUAL/08
Taxa de Administração - (Fundo de Investimento)	819.202,32	743.143,67
Taxa de Performance - (Fundo de Investimento)	632.713,71	-
Taxa de Corretagem - (Fundo de Investimento)	40.514,52	56.510,80
Taxa de Custódia	46.637,07	55.049,36
Taxa de Controladoria	236.660,20	280.827,33
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	22.581,98	29.053,66
Água e Luz	64.372,35	65.345,72
Despesa com Comunicação	225.041,43	225.958,97
Conservação e manutenção	23.522,91	41.358,63
Serviços Atuariais	302.900,00	209.016,80
Serviços de Auditoria Externa	25.480,00	20.580,00
Honorários Advocatícios	92.784,18	382.983,52
Serviços de Processamento de Dados	145.928,38	244.437,45
Serviços de Segurança, Vigilância, Limpeza e Contínuo	216.698,18	219.334,31
Serviço de Análise de Investimento	146.113,56	151.619,12
Serviços de Terceiros	62.948,56	91.007,42
Depreciação e Amortização	270.210,07	390.012,20
Despesas com Veículos	7.039,63	7.769,80
Despesa com Informativo e Divulgação	316.640,28	325.875,44
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	9.395,04	8.716,81
Jornais e Revistas	4.548,36	3.922,78
Seguros	5.488,37	30.431,96
Despesas de Viagens	30.209,24	58.018,05
Despesa com Locação	204.577,00	200.473,14
Material limpeza, Copa e Cozinha	7.585,06	7.666,57
Gêneros Alimentícios e Correlatos	7.707,66	8.992,79
Material de Expediente	40.961,92	38.186,16
Outros Materiais	34.534,12	14.227,82
Impostos e Encargos	143.100,96	248.433,22
Material de Informática	16.108,41	8.468,86
Entidades Associadas	48.463,55	47.820,24
Outras	148.534,56	25.128,30
Pagamento Pis/Cofins	421.443,35	365.156,19
Despesa com Pessoal	3.495.687,00	4.273.830,47
TOTAL	8.316.333,93	8.879.357,56

DESPESAS SEGREGADAS POR PLANO	VALOR ANUAL/07	VALOR ANUAL/08
PLANO DE BENEFÍCIO I		
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	253.341,49	122.990,70
Taxa de custódia	7.749,06	8.551,97
Gestão Administrativa	2.211.385,41	2.571.586,14
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO I		
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	1.029.568,01	558.116,73
Taxa de custódia	32.273,03	38.316,66
Gestão Administrativa	3.999.308,24	4.777.649,86
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO II		
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	127.527,26	75.129,25
Taxa de custódia	4.057,31	5.198,94
Gestão Administrativa	566.572,66	675.417,73
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	81.993,79	43.417,79
Taxa de custódia	2.557,67	2.981,79
Gestão Administrativa	-	-
TOTAL	8.316.333,93	8.879.357,56

QUADRO IV - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a BEZ&ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TÉCNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Aroldo Benjamin Ouriques Filho, CPF nº 305.676.029-15, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusesc@fusesc.com.br.

3.2 Política de Investimentos – Plano de Benefícios I

Informações Referentes à Política de Investimentos Vigência: 01/01/2009 a 31/12/2013

1. Plano de Benefícios

Entidade	FUSESC – Fundação Codesc de Seguridade Social
Nome do plano	Plano de Benefícios I
CNPB¹	1979002665
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC+6% ao ano
AETQ²	Aroldo Benjamin Ouriques Filho (Diretor Financeiro)
ARPB³	Bruno José Bleil (Diretor Administrativo e de Seguridade)

¹Cadastro Nacional de Planos de Benefícios

²Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

³Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios

2. Alocação Estratégica

2.1. Avaliação do cenário macroeconômico

A análise do cenário macroeconômico é fundamental para a definição da estratégia de investimento dos recursos confiados à entidade. Dessa forma, o objetivo e os limites de alocação estabelecidos nesta política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas de inflação, de juros, de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis. O quadro a seguir apresenta o cenário adotado pela FUSESC.

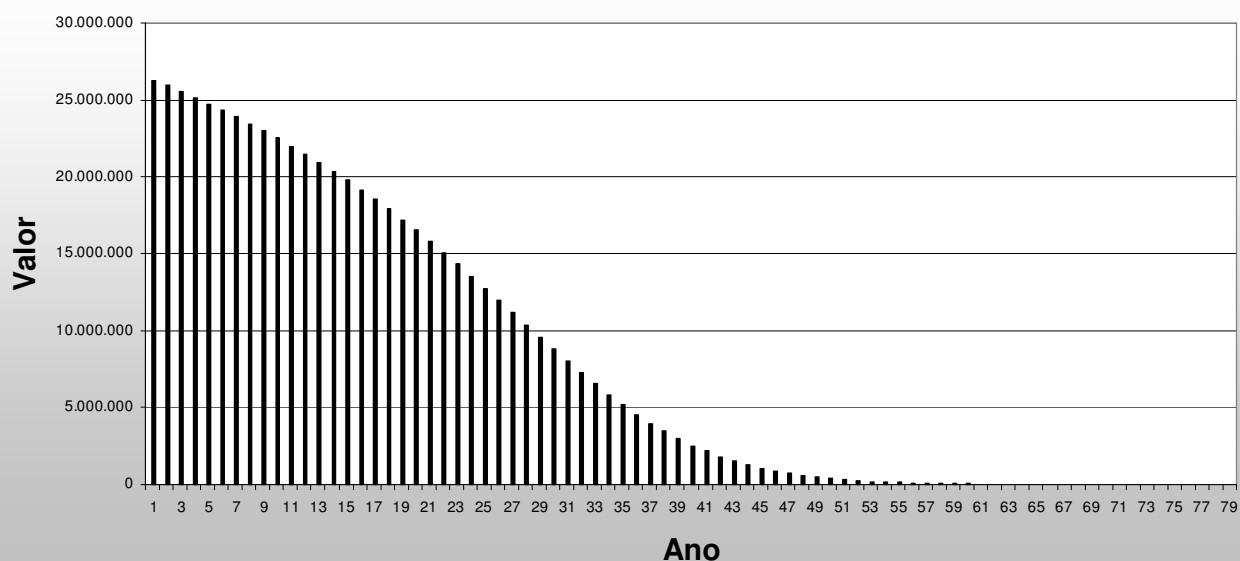
Fusesc	Curto prazo	Médio prazo			Longo prazo
	2009	2010	2011	2012	2013
Renda Fixa (Nominal)	13,75%	12,75%	12,25%	11,75%	11,50%
Retorno real (ao ano)	8,44%	7,89%	7,42%	7,12%	6,88%
Volatilidade (ao ano)	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Renda Variável (Nominal)	25,00%	20,00%	20,00%	18,00%	18,00%
Retorno real (% ao ano)	19,16%	14,83%	14,83%	13,11%	13,11%
Volatilidade (% ao ano)	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis (Nominal)	11,19%	10,77%	10,77%	10,58%	10,58%
Retorno real (% ao ano)	Meta Atuarial				
Volatilidade (% ao ano)	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
Empréstimos e Financiamentos (Nominal)	17,49%	17,04%	17,04%	16,84%	16,84%
Retorno real (% ao ano)	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
Volatilidade (% ao ano)	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%

2.2. Estrutura do passivo atuarial

Além do cenário econômico, a identificação do passivo é imprescindível para determinar os investimentos adequados para assegurar o cumprimento dos compromissos futuros sem expor a entidade a um risco maior que o necessário.

O gráfico a seguir apresenta o fluxo do passivo previdenciário relativo às parcelas concedidas do Plano de Benefícios I (CV).

Passivo Previdenciário



3. Limites de alocação por segmentos e carteiras

Plano de Benefícios I	Alocação objetivo	Limite legal	Política de Investimentos	
			Limite inferior	Limite superior
Renda Fixa	87,69%	100,00%	50,00%	100,00%
Baixo risco de crédito	-	100,00%	50,00%	100,00%
Médio e alto risco de crédito	-	20,00%	0,00%	20,00%
Renda Variável	6,88%	50,00%	0,00%	20,00%
Ações em mercado	-	50,00%	0,00%	20,00%
Participações	-	20,00%	0,00%	5,00%
Outros ativos	-	3,00%	0,00%	3,00%
Imóveis	2,43%	8,00%	0,00%	5,00%
Desenvolvimento	-	8,00%	0,00%	5,00%
Aluguéis e renda	-	8,00%	0,00%	5,00%
Fundos imobiliários	-	8,00%	0,00%	5,00%
Outros investimentos imobiliários	-	8,00%	0,00%	5,00%
Empréstimos e financiamentos	3,00%	15,00%	0,00%	15,00%
Empréstimos a participantes	-	15,00%	0,00%	15,00%
Financiamentos imobiliários	-	10,00%	0,00%	10,00%

Conforme as oportunidades de mercado, a FUSESC pode realocar seus recursos de acordo com os limites estabelecidos.

4. Índices de referência (benchmarks)

Os índices de referência apresentados na tabela a seguir foram definidos tendo em vista o conjunto de investimentos em cada segmento de aplicação. Vale ressaltar que a entidade pode, a seu critério, estabelecer benchmarks específicos para fundos de investimento, a fim de atingir os objetivos de rentabilidade previstos na estratégia de alocação.

Plano de Benefícios I	Benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Imóveis	Meta Atuarial
Empréstimos e Financiamentos	CDI

5. Limites de investimento em uma mesma pessoa jurídica

O Plano de Benefícios I da FUSESC adotará os limites de concentração de investimentos em ativos e valores mobiliários e emissão ou coobrigação de um mesmo emissor definidos pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. Os quadros a seguir resumem os principais limites, em relação ao total de recursos garantidores.

Limites de concentração por emissor (renda fixa + renda variável)	
Característica do emissor (contraparte)	Percentual dos recursos garantidores
Instituição Financeira	20%
Pessoa Jurídica Não Financeira (PJNF)	10%
Patrocinadora e coligadas	10%

Limite de concentração por emissor para títulos de renda fixa				
Característica do emissor (contraparte)	Percentual dos recursos garantidores			
Nível de risco	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco	PL do fundo
Instituição Financeira	20%	10%	10%	-
Pessoa Jurídica Não Financeira (PJNF)	10%	10%	10%	-
FIDC	20%	10%	10%	25%

Limite de concentração por modalidade de investimento em renda fixa		
Ativo de renda fixa	Baixo Risco	Médio e Alto Risco
FIDC + CCB	20%	10%
CRI + CCI	50%	10%
CDCA + LCA + CPA	5%	2%

Companhias abertas	
Participação no capital votante	20%
Participação no capital social	20%
Percentual dos recursos garantidores	10% ¹

¹Percentual válido para as ações com pelo menos 2% de participação nos índices Ibovespa, Ibr-X, Ibr-X50, IGC, ISE ou FGV-100. Nos demais casos, o limite superior é de 5% dos recursos garantidores

Sociedades de Propósito Específico (SPE)	
Investimento máximo por projeto	25% do projeto ou fundo
Investimento máximo em parceria com a patrocinadora	40% do projeto ou fundo

Imóveis	
Alocação máxima em um único imóvel	4% dos recursos garantidores
Alocação em projetos da carteira de desenvolvimento	25% de um mesmo empreendimento
Alocação em fundos de investimento imobiliário	25% do PL de um mesmo fundo

6. Operações com derivativos

O Plano de Benefícios I da FUSESC adotará os limites de aplicação em derivativos definidos pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

7. Controle e monitoramento de riscos

7.1. Risco de crédito

O risco de crédito se caracteriza pela possibilidade de inadimplência por parte da contraparte tomadora de recursos. No caso específico das entidades fechadas de previdência complementar, essas contrapartes são os emissores dos títulos e valores mobiliários que a EFPC adquire em sua carteira própria ou por meio dos veículos de investimentos em que aplica, como fundos e carteiras administradas.

A FUSESC define no quadro a seguir as agências elegíveis para avaliação de crédito bancário e não bancário e os ratings considerados como de baixo risco de crédito.

Agência	Standard & Poors		Moody's		Fitch Ratings	
Prazo	Longo	Curto	Longo	Curto	Longo	Curto
Ratings considerados de baixo risco de crédito	brAAA	brA-1	Aaa.br	BR-1	AAA(bra)	F1(bra)
	brAA+	brA-2	Aa1.br	BR-2	AA+(bra)	F2(bra)
	brAA	brA-3	Aa2.br	BR-3	AA(bra)	F3(bra)
	brAA-		Aa3.br		AA-(bra)	
	brA+		A1.br		A+(bra)	
	brA		A2.br		A(bra)	
	brA-		A3.br		A-(bra)	

7.1.1. Risco de degradação da qualidade do crédito

O risco de degradação da qualidade do crédito se caracteriza pela possibilidade de piora da classificação de risco atribuída a um determinado emissor ou a um título. Com o intuito de contemplar eventos desse tipo, a FUSESC estabelece em sua política de investimento uma pequena margem de alocação em crédito de médio e alto risco de crédito.

7.2. Risco de mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por meio do acompanhamento do Value-at-Risk (VaR), que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda esperada.

O monitoramento do risco de mercado será feito mensalmente, de acordo com os seguintes limites:

Plano de Benefícios I	Limite de VaR	Horizonte de tempo
Renda Fixa	1,70%	21 dias
Renda Variável	30,00%	21 dias

7.2.1. Divergência não planejada

A FUSESC ainda vai monitorar os riscos de mercado mensalmente por meio da divergência não planejada, conforme estabelece a legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

7.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez se caracteriza pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. Nesse caso, o gestor pode encontrar dificuldades para negociar esses papéis pelo preço e no prazo desejado. O custodiante, conseqüentemente, terá dificuldades para liquidar suas posições.

Dessa forma, o gerenciamento do risco de liquidez deve ser preocupação constante e, como prudência, a entidade deverá manter um percentual mínimo dos recursos em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, elimina-se a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

7.4. Risco legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades da entidade e para os investimentos que envolvam contratos específicos. Assim, para os aspectos legais, a FUSESC se utiliza de pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

8. Critérios para participação em assembléias de acionistas

A entidade poderá participar das assembléias de acionistas sempre que julgar relevante ou conveniente, para cumprir o objetivo de proteger e agregar retorno aos seus investimentos. Nessas ocasiões, o representante da entidade será escolhido pela Diretoria Executiva.

**ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS
E REGULAMENTARES**

4 ALTERAÇÕES REGULAMENTARES

QUADRO COMPARATIVO DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS I Patrocinadoras: BESC, BADESC, BESCOR, CODESC E FUSESC

Vigência a partir de 03 de abril de 2008

Aprovado pela Portaria nº 2.175/SPC/DETEC/CGAT, de 02/04/2008, publicada no diário Oficial de 03/04/2008

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO IX – DO INSTITUTO DA PORTABILIDADE	CAPÍTULO IX – DO INSTITUTO DA PORTABILIDADE	- Título mantido
<p>9.1. A Portabilidade significa o Instituto que possibilita ao Participante transferir recursos correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme o disposto neste Capítulo.</p>	<p>9.1. A Portabilidade significa o Instituto que possibilita ao Participante transferir recursos correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme o disposto neste Capítulo.</p>	- Texto mantido
<p>9.2. O Participante que deixar de ser empregado da Patrocinadora poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, na data do Término do Vínculo Empregatício, preencha, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I. ter, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano;</p> <p>II. não ter optado pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e do Resgate, ressalvado o disposto no item 9.3 deste Regulamento;</p> <p>III. não ser elegível às Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de Aposentadoria Especial e de Aposentadoria por Idade deste Plano de Benefícios;</p> <p>IV. não ter sido concedida a Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, nem a Suplementação de Aposentadoria Especial de que tratam os subitens 7.15.2 e 7.16.2, respectivamente.</p>	<p>9.2. O Participante que deixar de ser empregado da Patrocinadora poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, na data do Término do Vínculo Empregatício, preencha, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I. ter, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano;</p> <p>II. não ter optado pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e do Resgate, ressalvado o disposto no item 9.3 deste Regulamento;</p> <p>III. não estar em gozo de Benefício por este Plano de Benefícios.</p>	<p>- Texto mantido</p> <p>- Texto mantido</p> <p>- Texto mantido</p> <p>- Texto alterado, em adaptação à nova redação do art. 14 da Resolução CGPC nº 6/2003.</p> <p>- Texto excluído, por estar no novo inciso III.</p>
<p>9.2.1. A opção pelo Instituto da Portabilidade deverá ser efetuada pelo Participante, por meio do termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega do extrato de que trata o item 14.4 deste Regulamento.</p>	<p>9.2.1. A opção pelo Instituto da Portabilidade deverá ser efetuada pelo Participante, por meio do termo de opção a ser apresentado, por escrito, à Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega do extrato de que trata o item 14.4 deste Regulamento.</p>	- Texto mantido
<p>9.3. O Participante que, por ocasião do Término do Vínculo Empregatício, tenha optado pelo Instituto do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido ou tenha a opção por este último presumida pela Fundação poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, por ocasião de sua opção, preencha as condições previstas no item 9.2 deste Regulamento.</p>	<p>9.3. O Participante que, por ocasião do Término do Vínculo Empregatício, tenha optado pelo Instituto do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido ou tenha a opção por este último presumida pela Fundação poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, desde que, por ocasião de sua opção, preencha as condições previstas no item 9.2 deste Regulamento.</p>	- Texto mantido
<p>9.4. O Participante que optar pelo Instituto da Portabilidade terá direito a portar para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora o valor correspondente ao Resgate ou a sua reserva matemática, o que lhe for mais favorável.</p>	<p>9.4. O Participante que optar pelo Instituto da Portabilidade terá direito a portar para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora o valor correspondente ao Resgate ou a sua reserva matemática, o que lhe for mais favorável.</p>	- Texto mantido
<p>9.4.1. Para efeito da identificação do valor a ser portado correspondentes ao direito acumulado do Participante, nos termos do item 9.4, será considerado:</p> <p>I. a reserva matemática da Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição prevista no item 7.15, definida na data do Término do Vínculo Empregatício, sem considerar o crescimento salarial, o Pecúlio por Morte e a reversão em Suplementação de Pensão por Morte;</p> <p>II. o valor do Resgate registrado na Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção, incluindo quaisquer contribuições realizadas posteriormente.</p>	<p>9.4.1. Para efeito da identificação do valor a ser portado correspondentes ao direito acumulado do Participante, nos termos do item 9.4, será considerado:</p> <p>I. a reserva matemática da Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição prevista no item 7.15, definida na data do Término do Vínculo Empregatício, sem considerar o crescimento salarial, o Pecúlio por Morte e a reversão em Suplementação de Pensão por Morte;</p> <p>II. o valor do Resgate registrado na Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção, incluindo quaisquer contribuições realizadas posteriormente.</p>	- Texto mantido

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
9.4.2. Do valor a ser portado será descontado eventual déficit atuarialmente identificado na avaliação atuarial, realizada para fechamento do exercício imediatamente anterior ao da data do Término do Vínculo Empregatício ou da opção pelo Instituto da Portabilidade, no caso de Participante autopatrocinado.	9.4.2. Do valor a ser portado será descontado eventual déficit atuarialmente identificado na avaliação atuarial, realizada para fechamento do exercício imediatamente anterior ao da data do Término do Vínculo Empregatício ou da opção pelo Instituto da Portabilidade, no caso de Participante autopatrocinado.	- Texto mantido
9.4.3. O valor correspondente a parcela atribuível ao Participante será apurado considerando a proporção existente entre a reserva matemática calculada nos termos do inciso I do subitem 9.4.1 e a reserva matemática total de Benefícios concedidos e a conceder, aplicável sobre o valor do déficit anterior.	9.4.3. O valor correspondente a parcela atribuível ao Participante será apurado considerando a proporção existente entre a reserva matemática calculada nos termos do inciso I do subitem 9.4.1 e a reserva matemática total de Benefícios concedidos e a conceder, aplicável sobre o valor do déficit anterior.	- Texto mantido
9.4.4. Na hipótese de o Participante optar por uma entidade aberta de previdência complementar, a integralidade dos recursos a serem portados deverá ser utilizada para a contratação de um benefício pago na forma de renda mensal vitalícia ou por um prazo determinado, de, no mínimo, igual período em que a reserva foi constituída neste Plano de Benefícios, não podendo ser inferior a 15 (quinze) anos.	9.4.4. Na hipótese de o Participante optar por uma entidade aberta de previdência complementar, a integralidade dos recursos a serem portados deverá ser utilizada para a contratação de um benefício pago na forma de renda mensal vitalícia ou por um prazo determinado, de, no mínimo, igual período em que a reserva foi constituída neste Plano de Benefícios, não podendo ser inferior a 15 (quinze) anos.	- Texto mantido
9.5. No prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega pelo Participante do termo de opção, a Fundação deverá encaminhar à entidade de previdência complementar ou companhia seguradora escolhida pelo Participante, receptora dos recursos, o termo de portabilidade devidamente preenchido.	9.5. No prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega pelo Participante do termo de opção, a Fundação deverá encaminhar à entidade de previdência complementar ou companhia seguradora escolhida pelo Participante, receptora dos recursos, o termo de portabilidade devidamente preenchido.	- Texto mantido
9.6. A transferência dos recursos financeiros para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme escolha do Participante, ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da entrega do termo de portabilidade na entidade receptora.	9.6. A transferência dos recursos financeiros para outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, conforme escolha do Participante, ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da entrega do termo de portabilidade na entidade receptora.	- Texto mantido
9.7. A opção do Participante pelo Instituto da Portabilidade tem caráter irrevogável e irretratável, extinguindo-se com a transferência dos recursos toda e qualquer obrigação da Fundação perante o Participante, seus Dependentes e herdeiros legais.	9.7. A opção do Participante pelo Instituto da Portabilidade tem caráter irrevogável e irretratável, extinguindo-se com a transferência dos recursos toda e qualquer obrigação da Fundação perante o Participante, seus Dependentes e herdeiros legais.	- Texto mantido
9.8. O Instituto da Portabilidade não implicará, em nenhuma hipótese, qualquer pagamento pela Fundação diretamente ao Participante ou ao Dependente.	9.8. O Instituto da Portabilidade não implicará, em nenhuma hipótese, qualquer pagamento pela Fundação diretamente ao Participante ou ao Dependente.	- Texto mantido
9.9. O Plano de Benefícios não poderá receber recursos portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, eis que se encontra em extinção.	9.9. O Plano de Benefícios não poderá receber recursos portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de companhia seguradora, eis que se encontra em extinção.	- Texto mantido
CAPÍTULO X – DO INSTITUTO DO RESGATE	CAPÍTULO X – DO INSTITUTO DO RESGATE	- Título mantido
10.1. O Resgate significa o Instituto que possibilita ao Participante o recebimento do valor decorrente do seu desligamento da Patrocinadora e deste Plano de Benefícios.	10.1. O Resgate significa o Instituto que possibilita ao Participante o recebimento do valor decorrente do seu desligamento da Patrocinadora e deste Plano de Benefícios.	- Texto mantido
10.2. O Participante que se desligar da Patrocinadora e da Fundação, desde que não tenha preenchido as condições necessárias à percepção de Benefício previsto por este Plano de Benefícios e não opte pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e da Portabilidade terá direito, mediante termo de opção, a receber o valor das contribuições pessoais e jóia recolhidas à Fundação, registradas na Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da opção, incluindo as contribuições realizadas posteriormente.	10.2. Observado o disposto nos subitens 10.2.1 a 10.2.3, o Participante que se desligar da Patrocinadora e da Fundação e não opte pelos Institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido e da Portabilidade terá direito, mediante termo de opção, a receber o valor das contribuições pessoais e jóia recolhidas à Fundação, registradas na Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da opção, incluindo as contribuições realizadas posteriormente.	- Texto alterado, para que sejam observados os subitens.
Inexistente	10.2.1. O Resgate não será permitido caso o Participante esteja em gozo de Benefício por este Plano.	- Texto incluído, em adaptação à nova redação do art. 24 da Resolução CGPC nº 6/2003
10.2.1. São consideradas contribuições pessoais aquelas realizadas pelo Participante, bem como aquelas efetuadas enquanto Participante autopatrocinado em substituição às contribuições de Patrocinadora e aquelas de que trata o subitem 6.14.1, exceto as destinadas ao custeio das despesas administrativas, registradas na Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção.	10.2.2. São consideradas contribuições pessoais aquelas realizadas pelo Participante, bem como aquelas efetuadas enquanto Participante autopatrocinado em substituição às contribuições de Patrocinadora e aquelas de que trata o subitem 6.14.1, exceto as destinadas ao custeio das despesas administrativas, registradas na Fundação no 1º (primeiro) dia do mês da entrega do termo de opção.	- Texto mantido em subitem renumerado.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>10.2.2. Os valores de que trata o item 10.2 serão atualizados observando-se o indicador e períodos de vigência a seguir descritos:</p> <p>I. Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, com vigência no período de maio de 1979 a fevereiro de 1986;</p> <p>II. Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, com vigência no período de março de 1986 a janeiro de 1989;</p> <p>III. Índice de atualização dos depósitos em Caderneta de Poupança, exceto juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, com vigência no período de fevereiro de 1989 a maio de 1989;</p> <p>IV. Bônus do Tesouro Nacional – BTN, com vigência no período de junho de 1989 a fevereiro de 1991;</p> <p>V. Índice de atualização dos depósitos em Caderneta de Poupança com aniversário no dia 1º (primeiro) de cada mês, deduzido o percentual fixo de 0,5% (meio por cento), com vigência no período de março de 1991 em diante.</p>	<p>10.2.3. Os valores de que trata o item 10.2 serão atualizados observando-se o indicador e períodos de vigência a seguir descritos:</p> <p>I. Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, com vigência no período de maio de 1979 a fevereiro de 1986;</p> <p>II. Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, com vigência no período de março de 1986 a janeiro de 1989;</p> <p>III. Índice de atualização dos depósitos em Caderneta de Poupança, exceto juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, com vigência no período de fevereiro de 1989 a maio de 1989;</p> <p>IV. Bônus do Tesouro Nacional – BTN, com vigência no período de junho de 1989 a fevereiro de 1991;</p> <p>V. Índice de atualização dos depósitos em Caderneta de Poupança com aniversário no dia 1º (primeiro) de cada mês, deduzido o percentual fixo de 0,5% (meio por cento), com vigência no período de março de 1991 em diante.</p>	<p>- Texto mantido em subitem renumerado.</p> <p>- Em virtude do item 9.9, não foi incluído texto de acordo com a nova redação do art. 21 da Resolução CGPC nº 6/2003.</p>
10.3. Na hipótese de o desligamento da Patrocinadora e da Fundação não ser simultâneo, o direito mencionado no item 10.2 somente se efetivará na data em que ocorrer o último desligamento.	10.3. Na hipótese de o desligamento da Patrocinadora e da Fundação não ser simultâneo, o direito mencionado no item 10.2 somente se efetivará na data em que ocorrer o último desligamento.	- Texto mantido
10.4. Na hipótese de o Participante não requerer o Resgate no prazo prescricional estabelecido na legislação aplicável, o valor de que trata o item 10.2 será incorporado ao patrimônio deste Plano de Benefícios.	10.4. Na hipótese de o Participante não requerer o Resgate no prazo prescricional estabelecido na legislação aplicável, o valor de que trata o item 10.2 será incorporado ao patrimônio deste Plano de Benefícios.	- Texto mantido
10.5. O pagamento do Resgate será efetuado em parcela única ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.	10.5. O pagamento do Resgate será efetuado em parcela única ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.	- Texto mantido, por cumprir a nova redação do art. 25 da Resolução CGPC nº 6/2003.
10.5.1. O pagamento do Resgate será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do termo de opção e, no caso de o Participante optar pelo pagamento parcelado, as parcelas serão pagas até o último dia útil dos meses subsequentes, devidamente atualizadas pelo Retorno de Investimentos obtido até o mês anterior ao do pagamento de cada parcela.	10.5.1. O pagamento do Resgate será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do termo de opção e, no caso de o Participante optar pelo pagamento parcelado, as parcelas serão pagas até o último dia útil dos meses subsequentes, devidamente atualizadas pelo Retorno de Investimentos obtido até o mês anterior ao do pagamento de cada parcela.	- Texto mantido, por cumprir o § 2º da nova redação do art. 25 da Resolução CGPC nº 6/2003.
10.5.2. A opção pelo parcelamento do pagamento do Resgate não assegura a qualidade de Participante deste Plano de Benefícios.	10.5.2. A opção pelo parcelamento do pagamento do Resgate não assegura a qualidade de Participante deste Plano de Benefícios.	- Texto mantido.
10.6. A percepção de qualquer parcela a título de suplementação ou de Benefício Proporcional extingue o direito ao Resgate previsto neste Capítulo.	10.6. A percepção de qualquer parcela a título de suplementação ou de Benefício Proporcional extingue o direito ao Resgate previsto neste Capítulo.	- Texto mantido.
10.7. O pagamento do Resgate extingue toda e qualquer obrigação da Fundação, perante o Participante, os Dependentes, as pessoas designadas e os herdeiros legais, exceto a obrigação decorrente do parcelamento do Resgate, se for o caso.	10.7. O pagamento do Resgate extingue toda e qualquer obrigação da Fundação, perante o Participante, os Dependentes, as pessoas designadas e os herdeiros legais, exceto a obrigação decorrente do parcelamento do Resgate, se for o caso.	- Texto mantido, por cumprir o § 3º da nova redação do art. 25 da Resolução CGPC nº 6/2003.